

“Viva a classe operária mineira unida! Contra a guerra imperialista!”: os mineiros de carvão do Rio Grande do Sul e o esforço de guerra (1942-1945)

“Long live mining class united! Against imperialist war!”: the coal miners of Rio Grande do Sul and the war effort (1942 - 1945)

Tassiane Mélo de Freitas*

Resumo: A região carbonífera do Baixo Jacuí, no Rio Grande do Sul, é conhecida como sendo o berço da indústria do carvão mineral no Brasil. Os primórdios desta indústria remontam à segunda metade do século XIX, porém sua afirmação dentro do contexto industrial brasileiro aconteceu durante o período do esforço de guerra, quando milhares de toneladas do minério foram extraídas do subsolo das duas principais localidades mineradoras da época: Arroio dos Ratos e Butiá. Este artigo busca compreender como os operários das minas de carvão da região se posicionaram diante desta conjuntura caracterizada por lucros de um lado, e superexploração por outro. Primeiramente busca-se discutir sobre o modo como o discurso do esforço de guerra percorreu a região por meio de diferentes segmentos da comunidade carbonífera, buscando arrecadar e legitimar o esforço máximo do operariado das minas. A seguir, apresenta-se os níveis de exploração aos quais os mineiros estavam submetidos neste contexto e algumas de suas principais reivindicações e formas de resistência. Por fim, observa-se o posicionamento da entidade de classe ante a pressão das companhias mineradoras e da própria categoria mineira. Para este artigo, foram levantados documentos dos fundos documentais CADEM e Sindicatos, ambos pertencentes ao acervo do Arquivo Histórico da Mineração, localizado na cidade de Arroio dos Ratos.

Palavras-chave: Minas de carvão; mineiros; esforço de guerra; Segunda Guerra Mundial.

Abstract: The coal area of Baixo Jacuí, in Rio Grande do Sul, is known as the cradle of the coal industry in Brazil. The beginning of this industry occurred in the second half of the nineteenth century, but its assertion within the Brazilian industrial context occurred during the period of the war effort when thousands of tons of ore were extracted from the subsoil of the two main mining locations of the time: Arroio dos Ratos and Butiá. This article tries to understand how the workers of the coal mines of the region were positioned in front of this conjuncture characterized by profits of one side and super exploitation by another one. Firstly, it is sought to discuss the way the war effort discourse has toured the region through different segments of the coal community, seeking to raise and legitimize the maximum effort of the mine workers.

* Doutoranda em História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), onde desenvolve pesquisa sobre as relações entre operários e patrões da indústria carbonífera do Rio Grande do Sul por meio dos seus clubes de futebol (1938-1950). Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Graduada em História pela Faculdade Porto Alegre (FAPA). Especialista em Rio Grande do Sul: história, memória e patrimônio pela Faculdade Porto Alegre (FAPA). Especialista em Gestão em Arquivos pela UFSM). E-mail: tassimelo@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3077-6999>.

The following are the exploitation levels to which the miners were subjected in this context and some of their main demands and forms of resistance. Finally, the position of the class entity is observed before the pressure of the mining companies and of the mining category itself. For this article documents of the documentary funds “CADEM” and “Sindicatos”, both belonging to the collection of the Historical Archive of Mining, located in the city of Arroio dos Ratos.

Keywords: Coal mines; coal miners; war effort; Second World War.

Introdução

A região carbonífera do Baixo Jacuí, no Rio Grande do Sul, é conhecida como sendo o berço da indústria do carvão mineral no Brasil. A história e a memória da comunidade formada em torno das minas de carvão são assinaladas primordialmente por conjunturas que influenciaram, de maneira decisiva, os rumos da indústria carbonífera e conseqüentemente o processo de lutas dos operários mineiros. Com a vigência da ditadura do Estado Novo (1937-1945) e dos reflexos do posicionamento do Brasil diante do conflito mundial, observa-se aspectos relevantes para a compreensão da trajetória desta indústria e dos seus trabalhadores no período do esforço de guerra.

Cabe inicialmente destacar que, mesmo diante do desenvolvimento crescente de uma produção historiográfica centrada na compreensão das relações de trabalho que se desenvolveram neste espaço, fortemente marcadas pela superexploração dos trabalhadores e por seus processos de resistência, ainda há uma vastidão de aspectos sobre esta comunidade de trabalho a serem pesquisados e desenvolvidos, colaborando, dessa maneira, com a produção e a disseminação de temas voltados ao mundo do trabalho.¹

Entre os trabalhos acadêmicos envolvendo o tema da mineração de carvão no Rio Grande do Sul e seus trabalhadores, destaca-se o pioneiro estudo antropológico de Cornelia Eckert² sobre as condições de vida dos mineiros de carvão na localidade de Charqueadas entre 1982 e 1985. Este estudo certamente se tornou um importante

¹ Neste caso, é importante destacar a existência do Arquivo Histórico da Mineração (AHM), situado no complexo do Museu Estadual do Carvão (Arroio dos Ratos - Rio Grande do Sul). Este Arquivo é formado pelo acervo de documentos do antigo Consórcio Administrador de Empresas de Mineração (CADEM). Esta empresa controlou a exploração do carvão mineral na região entre 1936 e 1964. Para mais informações sobre este Arquivo, consultar: <https://es.scribd.com/document/335794164/Museu-Estadual-do-Carvao-Guia-do-Arquivo-Historico-1891-1936>. Acesso em: 1 fev. 2019.

² ECKERT, Cornelia. **Os homens da mina**: um estudo das condições de vida e representações dos mineiros de carvão em Charqueadas, Rio Grande do Sul. 1985. Dissertação (Mestrado em Antropologia, Sociologia e Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1985.

referencial para a profusão de mais pesquisas sobre a região e os mineiros, sobretudo a partir dos anos 2000, tanto na área da Antropologia quanto da História. Ainda sobre os estudos antropológicos, ressalta-se as pesquisas de mestrado³ e doutorado⁴ de Marta Ciocari, que abordam aspectos voltados ao cotidiano e à construção da honra entre os mineiros na cidade de Minas do Leão.

Até o final da década de 1990, contava-se também com a produção de memorialistas locais que abordavam o universo da mineração de carvão na região do Baixo Jacuí a partir de uma narrativa heroica, cuja dinâmica própria da memória, de lembranças e esquecimentos pode ser observada. Nesse sentido, A Monografia de São Jerônimo⁵, que contou com duas edições (a primeira de 1943 e a segunda de 1961), é considerada a obra precursora a abordar a região das minas de São Jerônimo a partir do aspecto descrito acima. De autoria de Carlos Alfredo Simch,⁶ enfatizou vários aspectos sobre a região como fauna, flora, geografia..., além de seu discurso acentuar o mito do “Eldorado Negro” centrado-se numa narrativa laudatória da indústria carbonífera que destaca o pioneirismo do europeu nos negócios do carvão e a bravura dos mineiros ao adentrar as entranhas da terra a fim de extrair o “ouro negro”. Embora, em parte de sua obra, descrevesse sobre as dificuldades existentes no trabalho do operário das minas de carvão, não deixou escapar um discurso conciliatório entre capital e trabalho. A partir desta obra, surgiram outros escritos seguindo a mesma linha discursiva. Entre eles, destaca-se os trabalhos de Sulzbach,⁷ Hoff⁸ e Veit.⁹

No campo da História, os trabalhos desenvolveram-se mais precisamente a partir da metade dos anos 2000. A tese de Cristina Ennes da Silva¹⁰ por exemplo, analisou as estratégias utilizadas pelas companhias mineradoras da região em busca da autossuficiência do carvão no país. Em sequência, seguiram as pesquisas de

³ CIOCCARI, Marta. **Ecos do subterrâneo: estudo antropológico do cotidiano e memória da comunidade de mineiros de carvão em Minas do Leão (RS)**. 2006. 198 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2006.

⁴ Ibidem, 2010.

⁵ SIMCH, Carlos Alfredo. **Monografia de São Jerônimo**. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1961.

⁶ Carlos Alfredo Simch (1880 - 1967) foi médico das minas de São Jerônimo e posteriormente prefeito desta localidade. Em 1947, foi eleito suplente do senador Ernesto Dornelles pelo Rio Grande do Sul na legenda do Partido Social Democrático (PSD). Com a eleição de Dornelles para o governo do Estado em 1950 e sua posse em janeiro do ano seguinte, Simch assumiu a cadeira no Senado exercendo o mandato até o final da legislatura em janeiro de 1955.

⁷ SULZBACH, Ervino Lothar. **Arroio dos Ratos: berço da indústria carbonífera nacional**. Arroio dos Ratos: PBS, 1989.

⁸ HOFF, Gertrudes Novak. **Butiá em busca de sua história**. Arroio dos Ratos: PBS, 1992.

⁹ VEIT, Benedito. **Mineiros, uma raça**. São Jerônimo: Gráfica do Baiano, 1992.

¹⁰ SILVA, Cristina Ennes da. **Nas profundezas da terra: um estudo sobre a região carbonífera do Rio Grande do Sul (1883-1945)**. 2007. 392 p. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2007.

Speranza¹¹ e Klován,¹² que avançaram sobremaneira nas discussões voltadas às relações entre patrões e operários das minas de carvão por meio da Justiça Comum e da Justiça do Trabalho. Com estas pesquisas, foi possível avançar nos estudos sobre a região, a indústria carbonífera e a classe operária a partir de um olhar crítico sobre as produções memorialísticas que levou em conta as possibilidades de trabalho com uma variedade de fontes documentais, destacando-se os processos trabalhistas, capazes de apontar para dimensões mais profundas que marcaram o processo de superexploração e de lutas da categoria mineira para fazer valer os seus direitos.

A região em estudo é formada por municípios¹³ onde a descoberta do minério e o início das atividades extrativas se desenvolveram a partir da segunda metade do século XIX. No entanto, esta região conheceu o apogeu do empreendimento carbonífero na década de 1940, mais precisamente tendo como marco principal o ano de 1943, quando um número recorde de toneladas de carvão mineral foi extraído do subsolo das minas de Arroio dos Ratos e Butiá.¹⁴ Este fato trouxe vultosos lucros às companhias mineradoras,¹⁵ mudanças infraestruturais para as localidades e transformação nas relações de trabalho.

Durante a década de 1930 e 1940, a região carbonífera do Baixo Jacuí era formada por um dos mais importantes núcleos operários do país. No início da década

¹¹ SPERANZA, Clarice Gontarski. **Cavando direitos:** as leis trabalhistas e os conflitos entre trabalhadores e patrões nas minas do Rio Grande do Sul nos anos 1940 e 1950. 2012. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

¹² KLOVAN, Felipe Figueiró. **Sob o fardo do ouro negro:** as experiências de exploração e resistência dos mineiros de carvão do Rio Grande do Sul na década de 1930. 2014. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

¹³ Os municípios que compõem a tradicional região carbonífera do baixo Jacuí são: Arroio dos Ratos, Butiá, Charqueadas e Minas do Leão. Entre as décadas de 1960 e 1990, estas localidades, antes distritos pertencentes ao município-sede de São Jerônimo, passaram pelo processo de emancipação. Observa-se este processo, após a indústria do carvão passar por período de recessão, ou seja, uma ruptura considerável em comparação ao apogeu vivido durante os anos 1940. Atualmente a atividade extrativa mineral na região está a cargo da empresa Copelmi (originária do CADEM) e da estatal CRM (Companhia Rio Grandense de Mineração). Esta última consta da lista de estatais alvo de privatizações capitaneadas pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Já a empresa Copelmi aguarda por licenciamento ambiental junto à Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM) a fim de concretizar a instalação de um novo projeto nas cidades de Eldorado do Sul e Charqueadas: a Mina Guaíba. Este é um projeto de mineração de carvão, areia e cascalho que vem sendo fortemente questionado por diversos segmentos da sociedade, principalmente no que diz respeito a possíveis impactos ambientais.

¹⁴ Segundo Speranza, em 1943, foram extraídas 1,34 toneladas de carvão mineral das minas de Arroio dos Ratos e Butiá. Op. cit., p. 47.

¹⁵ Aqui se refere às duas empresas mineradoras que controlavam a indústria do carvão nos principais distritos mineiros: Arroio dos Ratos e Butiá. São elas: Companhia Carbonífera Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo - CEFMSJ (Arroio dos Ratos) e Companhia Carbonífera Minas do Butiá - CCMB (Butiá). Estas empresas, em 1936, foram unidas, formando assim o Consórcio Administrador de Empresas de Mineração (CADEM), que administrou os negócios do carvão até 1964. Destaca-se, neste período, a figura de Roberto Cardoso, engenheiro fluminense que, de 1936 a 1951, comandou o CADEM sob os auspícios de uma visão calcada principalmente no personalismo.

de 1940, as vilas mineradoras de Arroio dos Ratos e Butiá contavam com quase 7 mil mineiros que, segundo Speranza,¹⁶ formavam “uma das maiores concentrações de trabalhadores do país na época.” Distantes cerca de 50 e 70 quilômetros de Porto Alegre, respectivamente, Arroio dos Ratos e Butiá contavam com um aparato de assistência fornecido e/ou auxiliado pelas companhias mineradoras que incluíam hospital, posto de puericultura, maternidade, moradias, grupos escolares, igrejas, sociedades esportivas e recreativas... Esta era uma das formas de tentar manter o operariado preso à lógica de exploração, já que se oferecia estes serviços, considerados “benesses”, de maneira a evitar que o avanço da discussão sobre a recente legislação trabalhista avançasse nas minas por meio de reivindicações e processos trabalhistas.

O *boom* da indústria carbonífera nessa região foi, em grande medida, resultado do esforço de guerra numa espécie de aliança entre diversos setores e interesses que buscavam sobretudo o aumento dos lucros com a exploração e a comercialização do carvão. Dessa maneira, as companhias mineradoras eram beneficiadas pelo período de maior demanda do minério e pelas medidas de proteção conferidas em período anterior à indústria carbonífera nacional. Sobre esta questão cabe discorrer.

Da descoberta do carvão mineral à efetiva estabilidade da indústria carbonífera do Rio Grande do Sul, vários foram os percursos tomados. Ao longo de seis décadas, do início da empreitada do inglês James Johnson por estas terras, com a fundação da *The Imperial Brazilian Collieries*, à formação do Consórcio Administrador de Empresas de Mineração (CADEM), observa-se categoricamente a forma com que as companhias mineradoras buscaram a intervenção estatal a fim de atender aos interesses do capital.

A partir do estudo de Silva,¹⁷ é possível concluir que a primeira investida intervencionista efetiva em favor da indústria carbonífera deu-se com o Decreto 20.089, de 9 de junho de 1931.¹⁸ O decreto foi instituído após a visita de Vargas às minas de São Jerônimo no mesmo ano. Segundo consta, todo o importador de carvão mineral era obrigado a queimar 10% do produto nacional misturado proporcionalmente ao carvão estrangeiro. Se antes os negócios não alavancavam de maneira satisfatória aos capitalistas devido ao empecilho envolvendo o carvão

¹⁶ SPERANZA, op. cit., p. 19.

¹⁷ SILVA, op. cit.

¹⁸ BRASIL. Decreto nº 20.089, de 9 de junho de 1931. Regula as condições para o aproveitamento do carvão nacional. **Diário Oficial da União, Rio de Janeiro**, 9 jun. 1931. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20089-9-junho-1931-519084-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 11 jun. 2019.

estrangeiro, entre outros fatores, tais como as dificuldades em relação ao escoamento da produção mineral (transporte ferroviário e fluvial), a partir dos incentivos governamentais, especialmente através do decreto, modifica-se consideravelmente essa condição.

Ratificando a nova condição do carvão mineral, o jornal *Correio do Povo* anunciava na coluna destinada aos assuntos pertinentes a São Jerônimo que “... os florescentes núcleos mineiros e a população em geral receberam entre vivas demonstrações de regozijo, a notícia informando que o governo da República negou a entrada de carvão estrangeiro para a Viação Férrea”.¹⁹

Voltando-se à análise do período de apogeu da indústria carbonífera em meio ao esforço de guerra, observa-se o quanto a disseminação de um discurso patriótico ocultava sobremaneira a superexploração dos operários das minas. Mas a superexploração da força de trabalho não se deu sem que houvesse o protesto e a luta dos operários, seja através de estratégias individuais ou mesmo de maneira organizada, por meio de sua entidade de classe. Tratando-se deste último caso, cabe observar a maneira com que o Sindicato dos Mineiros, nesse período controverso do sindicalismo brasileiro, elaborou suas estratégias de negociação com os patrões, tendo em vista que alguns dos avanços, em termos de ampliação do arcabouço institucional vinculado aos direitos sociais e trabalhistas, já estavam vigentes.

Entre momentos de maior resistência e de posicionamentos contraditórios em relação à defesa da categoria mineira, cabe neste artigo compreender alguns elementos que nos encaminham para a análise de como os trabalhadores das minas de carvão do Baixo Jacuí se posicionaram em meio a um período de intensa produção e superexploração da força de trabalho. Por meio da análise das fontes documentais levantadas no Arquivo Histórico da Mineração (AHM), mais especificamente nos fundos documentais CADEM e Sindicatos, pretende-se discorrer sobre o tema.

A discussão organiza-se da seguinte maneira: inicialmente apresenta-se alguns elementos voltados à busca pela legitimação do discurso do esforço de guerra na região das minas. A partir da análise documental, observa-se como um discurso revestido de ideais nacionalistas perpassou diversos segmentos da comunidade carbonífera.

A seguir, apresenta-se os níveis de exploração sob os quais se encontravam os operários mineiros entre o final da década de 1930 e o da década de 1940, discorrendo sobre isso a partir de suas principais demandas e reivindicações.

¹⁹ S. JERONYMO. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 28 jan. 1939. p. 22.

“VIVA A CLASSE OPERÁRIA MINEIRA UNIDA!
CONTRA A GUERRA IMPERIALISTA!”

Por fim, aborda-se a maneira com que o Sindicato dos Mineiros tratou de mediar os conflitos em meio ao esforço de guerra com estratégias que, por vezes, parecem ser mais conciliatórias, mas que podem apresentar formas mais perspicazes de negociação.

O discurso do esforço de guerra nas minas de São Jerônimo

Sobre os marcos indicativos de quando a guerra efetivamente começou para o trabalhador brasileiro, Pureza²⁰ destacou que, embora o segundo semestre de 1941, após o ataque a *Pearl Harbor*, tenha sido considerado um marco importante para a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, há uma relação diferente estabelecida entre esta referência e os trabalhadores brasileiros. Os discursos políticos inflamados por intenso nacionalismo e que se incorporavam ao reelaborado mote “A América é dos americanos” poderiam até então parecer vagos aos trabalhadores.

Imagem 1

“A América é dos Americanos”: cartaz da Cruz Vermelha Brasileira distribuído na região das minas - 1942.



Fonte: Arquivo Histórico da Mineração (AHM).

²⁰ PUREZA, Fernando Cauduro. **Economia de guerra, batalha da produção e soldados-operários: o impacto da Segunda Guerra Mundial na vida dos trabalhadores de Porto Alegre (1942-1945)**. 2009. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

No entanto, para Pureza, o discurso de Vargas em primeiro de maio de 1942,²¹ no estádio São Januário, foi quando “pode se dizer que pela primeira vez a guerra lhes dizia respeito de uma forma direta”.²² Nas minas de São Jerônimo, talvez não tenha sido o discurso de Vargas que levou os operários a terem contato com a conjuntura de guerra. Este parece ter acontecido de maneira mais direta: na experiência cotidiana das relações de trabalho.

É a partir dessa experiência que se observa, por um lado, a burguesia industrial e seus asseclas, representados especialmente pela diretoria das companhias mineradoras e engenheiros-chefe, disseminando e buscando legitimar o discurso do esforço de guerra por meio da tentativa de controle do operariado (especialmente em relação às faltas ao trabalho), levando-o à superexploração em detrimento dos lucros com a produção mineral. Por outro lado, está busca pela legitimação do esforço de guerra nas minas de São Jerônimo também foi levada adiante entre a população local.

Embora aparentemente distante a relação entre um conflito que se deu eminentemente em território europeu e o pequeno “planeta carvão” situado ao sul do Brasil, as poucas notícias que chegavam até as minas de São Jerônimo eram suficientes para impressionar os moradores das vilas de Arroio dos Ratos e Butiá. Somado a isso, a presença da indústria do carvão aproximou ainda mais a população das minas à conjuntura da Segunda Guerra Mundial por meio do esforço de guerra.

Levando em conta o fato de que, em 1943, havia cerca de seis mil moradores somente na vila de Arroio dos Ratos, sendo que cerca de dois mil eram empregados do CADEM,²³ é possível interpretar que eram poucas as residências em que não havia mineiros entre seus moradores e que o assunto da guerra não se fizesse presente. Com isso, o cotidiano do esforço de guerra ultrapassava os espaços de trabalho, adentrando assim na vida cotidiana dos mineiros e suas famílias.

Durante esse período, as companhias mineradoras encontraram um terreno fértil para propagar a ideia de que cada operário deveria agir como um soldado progredindo para a defesa da nação. Este pensamento estava de alguma maneira relacionado à ideia central construída pelo Estado Novo em torno da categoria trabalho, que incorporava “como tema e alvo principais de suas formulações a constituição de um indivíduo/cidadão definido como o trabalhador brasileiro”.²⁴ “O trabalho passaria a ser um direito e um dever; tarefa moral e ao mesmo tempo um

²¹ Este foi lido pelo Ministro do Trabalho Marcondes Filho, pois Vargas ausentou-se do evento por ter sofrido um acidente automobilístico.

²² PUREZA, op. cit., p. 32.

²³ SPERANZA, op. cit., p. 71.

²⁴ GOMES, Angela de Castro. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce Chaves (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

ato de realização; uma obrigação para com a sociedade e o Estado, mas também uma necessidade para o próprio indivíduo encarado como cidadão”.²⁵ Exaltar o trabalho do mineiro, colocando-o na posição de herói em defesa da pátria, e também disseminar entre a comunidade o discurso em torno da importância das minas para aquele momento, certamente garantiriam um acesso fácil à superexploração dos trabalhadores.

Para reforçar esse discurso, representantes da Igreja Católica também se dirigiam à comunidade mineira apelando ao sentimento patriótico. Isso pode ser observado na ação do seminarista Walmor Battú Wichrowski,²⁶ que escrevia aos mineiros um apelo em forma de versos:

Aos mineiros...
Somos todos da Pátria soldados
Nossos braços são armas de guerra,
Nessa luta insana e gigante
Pr'a conquista gloriosa da terra

Eia, avante, mineiros cantemos
Sob o golpe vibrante e febril
Com que o seio da terra rasgamos
Nosso hino de glória ao Brasil

O nosso brio tudo alcança
Das nossas mãos brotam rios d' esperanças
Pr'a inundar o Brasil com as riquezas
De um solo tão gentil

Das entranhas da terra extraímos
O tesouro escondido e precioso
Com que a pátria tornamos mais rica
E seu nome entre os povos, glorioso

Irmanados num só ideal
Com a benção de Deus almejamos
Cada gota de suor transformar
Em um sol, donde a vida fruamos.

Seminário Central - Festa de São Pedro.²⁷

²⁵ Ibidem, p. 55.

²⁶ Wichrowski era natural de Ijuí e foi ordenado sacerdote católico no dia 23 de dezembro de 1945 pelo clero da Diocese de Santa Maria - Rio Grande do Sul. Posteriormente, em 1958, foi nomeado bispo pelo papa Pio XII a fim de auxiliar na Diocese de Santos em São Paulo. Tendo em vista a presença significativa de operários poloneses e seus descendentes na região das minas adeptos ao catolicismo, levanta-se a hipótese de que o posicionamento de Wichrowski, que possivelmente era descendente de imigrantes poloneses, era estratégico na legitimação do discurso do esforço de guerra entre a comunidade.

²⁷ Poema “Aos mineiros”. Autor: Pe. Walmor Battú Wichrowski. Fundo documental Sindicatos. Dossiê Comunicações/Designações/ Publicações. Arquivo Histórico da Mineração - Arroio dos Ratos - RS.

As notícias acerca da Segunda Guerra Mundial que chegavam à região das minas despertaram os ímpetos mais alarmistas. Isso ocorreu de tal modo que foram tomadas medidas voltadas à defesa passiva antiaérea, adotadas principalmente nas capitais do país. Seguindo as instruções do Decreto-lei 4.098/1942,²⁸ a subcomissão local de defesa passiva das minas de São Jerônimo foi mobilizada a partir da campanha de arrecadação de fundos visando à construção de abrigos antiaéreos na região. O campo educacional das minas exerceu um papel de destaque no processo das arrecadações. Em 1942, professores e alunos do Grupo Escolar Visconde de Mauá, em Butiá, apoiaram a campanha. Eva Coutinho de Oliveira, até então diretora desta instituição de ensino, encaminhou à subcomissão de defesa passiva local as coletas feitas pela comunidade escolar em favor da defesa passiva antiaérea.²⁹

Aproveitando-se inclusive das lutas intraclasse, caracterizadas principalmente pelos embates entre capatazes e operários, encontrava-se motivos para a dispensa de trabalhadores considerados não cumpridores de seu dever pátrio. Em 1944, um caso nas minas de Arroio dos Ratos exemplificava as relações conturbadas entre operários e capatazes. Sobre estes últimos, cabe ressaltar o papel de controle direto e exigência do máximo de esforço dos operários na “batalha do carvão” sob ameaças de todas as ordens.

Em junho de 1944, o operário das minas da CEFMSJ, Fernando Lima, golpeou o capataz Oriovaldo Camargo com um lampião metálico, pois alegava sofrer perseguição deste ao ser colocado para trabalhar em “galerias ruins”, além de ser “...tratado com rigor excessivo pelo capataz, de forma a afetar seu salário.” Diante do fato, a companhia mineradora pedia o rompimento do contrato de trabalho do operário por justa causa, conforme os artigos 477 e 478 das Leis do Trabalho. No seguimento do caso, como forma de legitimar a possível punição de Lima, alegava-se também as faltas excessivas do operário ao trabalho e, por conseguinte, sua baixa produtividade, o que levou à baixa de seu salário.

No decorrer do processo, a defesa de Camargo e punição de Lima viria sob a “batuta” do discurso pátrio. Assim foi apresentado pela CEFMSJ ao Conselho Regional do Trabalho, em contestação à defesa de Lima, o seguinte:

²⁸ BRASIL. Decreto-lei nº 4.098, de 13 de maio de 1942. Define como encargos necessários à defesa da Pátria, os serviços de defesa passiva antiaérea. **Diário oficial da União**, Rio de Janeiro, 13 maio 1942. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del4098.htm. Acesso em: 27 maio 2019.

²⁹ Manuscrito de Eva Coutinho de Oliveira à Subcomissão de Defesa Passiva Antiaérea de São Jerônimo (Luiz Custódio de Souza e Fernando Lacourt). Butiá, 28 set. 1942. Fundo documental CADEM. Série Assistência Social. Tipologia Cartas. Arquivo Histórico da Mineração - Arroio dos Ratos - RS.

Quando as forças expedicionárias brasileiras regressarem vitoriosas dos campos europeus, por certo que serão precedidas por uma legião de heróis mutilados, caro tributo que pagarão pela vitória. Ao lado desses heróis mutilados deve-se enfileirar, com glória e orgulho, esse moço de 26 anos, Oriovaldo Camargo, que teve um ouvido ensurdecido para sempre às fanfarras da vitória e um olho que nunca mais poderá contemplar o pendão auri-verde, por cujo prestígio no subsolo nas minas carboníferas de Arroio dos Ratos, quando trabalhava com zelo, ardor e dedicação para que o combustível mineral chegasse sempre a tempo de alimentar as caldeiras das nossas locomotivas e navios, transportando nossas tropas para a glória imortal e para a segurança e grandeza do Brasil.

Oriovaldo Camargo foi verdadeiramente um mártir do trabalho e à recorrida não seria digna de colaboração de um sequer operário brasileiro, se não promovesse os meios legais de afastar de seus quadros de empregados um operário capaz de praticar o ato praticado por Fernando Lima.

Ao requerer ao inquérito administrativo, a recorrida não foi inspirada em nenhum ato de vingança ou perseguição, mas tão somente no cumprimento de um dever social de moralizar e dignificar o trabalho, promovendo os meios legais necessários ao afastamento dos quadros de seus colaboradores de um elemento da periculosidade do recorrente.

A confirmação da sentença recorrida, pelos seus fundamentos, é portanto um ato de inteira justiça!³⁰

Excesso de horas de trabalho, colocação de operários nas piores frentes,³¹ somado à vigilância, muitas das vezes severa, dos capatazes (Camargo “andava armado de faca”), que acabavam por gerar inúmeros desentendimentos e inclusive o cometimento de crimes, são alguns dos elementos presentes nesse processo que nos levam à interpretação da situação dos mineiros nesse período. Já o discurso nacionalista do esforço de guerra colocava os capatazes numa situação de legitimidade ante suas ações, fazendo assim com que o extenuante trabalho fosse levado adiante, alavancando, dessa maneira, a produção e os lucros do Consórcio.

Em relação à questão das faltas, é interessante destacar que, durante o esforço de guerra, as faltas dos operários eram justificativas utilizadas pelo CADEM para considerá-los como sendo desertores. Sobre isso, Speranza³² destaca o caso da sentença do operário Astrogildo Ferraz que foi preso em 1943 por deserção.³³ Segundo

³⁰ Caso Fernando Lima. Fundo CADEM. Série Departamento Legal. Tipologia Inquéritos administrativos-policiais/autos de infração. Arquivo Histórico da Mineração - Arroio dos Ratos - RS.

³¹ Entre as galerias consideradas pelos operários como sendo ruins, além daquelas que ofereciam perigos de desabamentos ou outros acidentes, estavam aquelas onde a quantidade de pedra de carvão havia diminuído, o que conseqüentemente resultava em pouca extração de minério seguida de baixos ganhos.

³² SPERANZA, op. cit., p. 137.

³³ O trabalho nas minas somente foi reconhecido como de interesse militar a partir de 28 de agosto de 1944, a partir do Decreto 16.454, de 28 de agosto de 1944. BRASIL. Decreto nº 16.454, de 28 de agosto de 1944. Considera de interesse militar a “Companhia de Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo” e a “Companhia Carbonífera Minas de Butiá”. **Diário Oficial da União, Rio de Janeiro,**

consta no processo analisado pela historiadora, os juízes militares já se encontravam irritados pela repetição de casos em que o CADEM acusava operários por deserção, assim afirmavam que “...a empresa não podia lavrar termos de deserção contra os faltantes por que não havia qualquer ato presidencial que considerasse de interesse militar as minas.” Mesmo assim, o CADEM ameaçava de prisão por deserção os mineiros reservistas, embasando-se no Decreto-lei 4.937 de 1942.³⁴

Enquanto a população era instigada à ideia de ser integrante do corpo pátrio, a ideia do “soldado da produção” trazia consigo a possibilidade de acumulação de capital em setores que seriam beneficiados por meio de outros mecanismos de política econômica, como crédito e taxa de câmbio favorável aos exportadores.³⁵

Estratégicas tentativas de controle e vigilância do operariado por parte das companhias mineradoras, tendo como base o discurso nacionalista e legitimador do esforço de guerra, eram pilares fundamentais na busca por manter o sistema de superexploração nas minas de São Jerônimo. Entretanto, mesmo em meio a uma conjuntura marcada por discursos que buscavam legitimar a ideia dos “soldados da produção”, é possível verificar casos representativos de algumas das estratégias de resistência utilizadas pelos operários mineiros em busca de melhores condições de vida e trabalho, fazendo-se valer os seus direitos, ainda no período inicial de ampliação do arcabouço institucional vinculado ao direito do trabalho.

Pátria, carvão, superexploração e resistência

A conjuntura da Segunda Guerra Mundial foi sobremaneira decisiva para a indústria carbonífera do Rio Grande do Sul. O discurso em torno do esforço de guerra se mostrou positivo para os empresários do carvão, tendo em vista os vultosos lucros obtidos a partir da exploração do minério e da superexploração da força de trabalho. Também se destaca que o discurso encontrava-se entremeado por contradições profundas, entre as quais estavam as relações entre trabalho e capital, numa perspectiva ainda evidenciada entre o empresariado brasileiro. De um lado, a busca pelo apoio do governo por meio de uma política intervencionista em favor do carvão,

28 ago. 1944. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/norma/431138/publicacao/15613980>. Acesso em: 28 jun. 2019.

³⁴ BRASIL. Decreto-lei nº 4.937, de 9 de novembro de 1942. Assegura o pleno funcionamento dos estabelecimentos fabris militares e civis produtores de material bélico. **Diário Oficial da União, Rio de Janeiro**, 9 nov. 1942. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4937-9-novembro-1942-414955-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 24 maio 2019.

³⁵ KONRAD, Gláucia Vieira Ramos. **Os trabalhadores e o Estado Novo no Rio Grande do Sul: um retrato da sociedade e do mundo do trabalho (1937 - 1945)**. 2006. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

por outro, o uso (e abuso) constante de discursos de fundo liberal, no que diz respeito à relação com o operariado. Sobre esta questão, antes mesmo da eclosão do conflito mundial e da implantação da Justiça do Trabalho no Brasil (1941) em 1938, Luiz Betim Paes Leme, acionista da Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo (CEFMSJ), em carta dirigida ao Ministro do Trabalho, Valdemar Falcão, discorria sobre seus estudos acerca da necessidade de instalação da arbitragem obrigatória no país. Num discurso profundamente marcado pelo liberalismo, defendia ser a Justiça do Trabalho uma “invenção” dos socialistas “... para impedir que a lei natural pudesse exercer a sua ação benéfica em favor do argumento da ophelividade”.³⁶ Assim manifestava-se favorável à intervenção do governo em favor dos negócios do carvão, porém se utilizava de argumentos liberais para apresentar sua posição contrária ao surgimento de um órgão que mediasse as relações de trabalho.

Segundo Gomes,³⁷ “o liberalismo do Estado brasileiro, desde o Império, sempre fora sensível às pressões dos interesses privados pelo aumento da capacidade regulamentadora do poder público.” A indústria do carvão não fugiu desta lógica, seja quando foi beneficiada através de decretos visando o aumento do mercado do minério, seja quando exercia pressão, mesmo sem sucesso, no sentido do não cumprimento dos direitos trabalhistas, que durante o esforço de guerra ensejavam seus primeiros passos. A conjuntura em questão reunia elementos oportunos para que esse discurso fosse potencializado, ou seja, que as demandas do mercado fossem atendidas em detrimento do cumprimento de direitos, como o salário mínimo, por exemplo, e os demais previstos posteriormente na Consolidação das Leis do Trabalho.

Cabe, porém, atentar-se para o seguinte:

o problema da distância entre a existência da legislação e sua “real” (completa e eficaz) implementação situa questões cruciais que envolvem, de um lado, a percepção dos limites existentes à execução de medidas que signifiquem vantagens para as classes populares; de outro, a ocorrência de confrontos e brechas no interior das próprias políticas elaboradas pelo governo, que não é um todo harmônico e sem fissuras. Finalmente, a elaboração e execução de políticas públicas têm como desdobramento a recepção dessas políticas por seu público-alvo, no caso, os “trabalhadores”.³⁸

O arcabouço dos direitos trabalhistas certamente atingiu maior abrangência em termos de apropriação, por meio da ressignificação elaborada pelos próprios trabalhadores. Assim, mesmo que recentemente e de maneira inédita os operários

³⁶ Carta de Luiz Betim Paes Leme ao Ministro do Trabalho, Valdemar Falcão. À bordo do navio Astúrias, 1938. Recebida em: 5 maio 1938. Fundo documental CADEM. Série Assistência Social. Tipologia Cartas. Arquivo Histórico da Mineração - Arroio dos Ratos - RS.

³⁷ GOMES, op. cit., p. 49.

³⁸ Ibidem, p. 52.

das minas tivessem contato com os direitos trabalhistas, organizaram a seu modo as reivindicações próprias da categoria ainda que de forma diversa ao que a novidade da lei trazia.

As reivindicações faziam parte da trajetória de lutas da categoria há bastante tempo. Estiveram presentes nas manifestações com a presença de “bandeiras encarnadas” do final do século XIX, quando se tem o registro da primeira greve organizada por mineiros da região (1895).³⁹ Atravessaram as primeiras décadas do século XX, quando foram expostas as mazelas do operariado nos principais jornais do país por meio de denúncias, especialmente sobre as más condições de vida e trabalho. Nesse sentido, em 1937, Amaro Junqueira Saraiva, presidente do Sindicato dos Mineiros, expôs ao jornal *O Globo* a situação dos mineiros de São Jerônimo, tendo em suas mãos o memorial sobre as condições de trabalho que foi entregue no dia anterior à sua entrevista ao ministro do trabalho.⁴⁰

Imagem 2

Clipping do jornal *O Globo* de 3 de setembro de 1937: “Trabalho mais humano para os mineiros”. À direita, Amaro Junqueira Saraiva, presidente do Sindicato dos Mineiros.



Fonte: Arquivo Histórico da Mineração (AHM).

³⁹ Relatório da Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo (reunião ordinária, 1895). Rio de Janeiro: Oficinas do Jornal do Brasil, 1895, p. 12-13. Acervo do Museu Estadual do Carvão - Arroio dos Ratos - RS.

⁴⁰ Clipping “Trabalho mais humano para os mineiros”, 3 set. 1937. Fundo documental Sindicatos. Dossiê Comunicação/Designação/Publicações. Arquivo Histórico da Mineração - Arroio dos Ratos - RS.

Entre as reivindicações que constavam no memorial dos mineiros estavam as seguintes: o aumento dos salários, a redução de 40 para 20 anos de serviço para fins de aposentadoria, liberdade de comércio dentro do perímetro das minas, instalação de banheiros no local de trabalho, distribuição de água potável e melhoria nas residências dos operários.⁴¹

Passados cinco anos, com o advento do esforço de guerra (1942), recrudescia a insatisfação dos mineiros em relação ao regime o qual o CADEM, aproveitando-se da conjuntura favorável aos seus negócios, impunha aos operários. A sobrecarga de trabalho somada aos baixos salários e à carestia dos gêneros de primeira necessidade, incitava os mineiros à revolta contra o que os próprios operários afirmavam ser “a exploração daqueles que nos sugam a serviço do imperialismo”.⁴² Observa-se a atenção destes ao fato de estarem sendo praticamente obrigados a se tornarem “soldados” em uma guerra que não era considerada como sendo deles. Nas minas de São Jerônimo, a guerra dos operários era outra: contra as arbitrariedades das companhias carboníferas em detrimento do avanço das leis trabalhistas até as minas.

Sobre o excesso de trabalho, cabe destacar que, em 1944, a Companhia Carbonífera Minas do Butiá foi multada por infração ao artigo 293 do Decreto-lei 5.452/1943,⁴³ cuja seção 10 apresentava a regulação do trabalho em minas de subsolo. Segundo o artigo em questão, a duração do trabalho efetivo no subsolo não deveria exceder 6h diárias ou 36h semanais, sendo que o tempo despendido pelo operário da boca da mina no local de trabalho também deveria ser contado para efeito de pagamento do salário. A duração do trabalho também poderia ser de até 8h ou 45h semanais, “mediante acordo escrito entre empregado e empregador ou contrato coletivo do trabalho, sujeita essa prorrogação à prévia licença da autoridade competente em matéria de higiene do trabalho”.

Segundo consta no auto de infração registrado pelo fiscal do trabalho Dario Vasconcelos, no dia 5 de maio de 1944, o excesso de trabalho no Poço 1, de propriedade da CCMB, era largamente verificado. Foram levantados dez casos de operários cuja carga de trabalho excedia às 6h regulamentadas para o subsolo,

⁴¹ Memorial encaminhado pelo Sindicato dos Mineiros ao Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, Agamenon Magalhães. Rio de Janeiro, 26/ ago. 1937. Fundo documental Sindicatos. Tipologia Memorial/Relatório Condições de Trabalho. Arquivo Histórico da Mineração - Arroio dos Ratos - RS.

⁴² Folheto intitulado “Companheiros de todas as minas!” (1943). Fundo documental Sindicatos. Dossiê Comunicação/Designação/Publicações. Arquivo Histórico da Mineração - Arroio dos Ratos - RS.

⁴³ BRASIL. Decreto-lei 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. **Diário Oficial da União, Rio de Janeiro**, 1 maio 1943. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5452-1-maio-1943-415500-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 30 maio 2019.

chegando até ao excesso de quinze horas de trabalho, como foi o caso do operário José Borques que baixou às 6:30h e regressou à superfície apenas às 21:30h.⁴⁴

O recurso apresentado pela companhia considerava o fato do relógio-ponto não estar localizado próximo à boca do poço, local onde os operários baixavam para o serviço, “mas antes do trapiche onde costumam os operários esperar o sinal indicativo do início do terno”, o que acarretaria num excesso de horas de trabalho. Porém foi considerado improcedente o recurso interposto pela CCMB, visto que os argumentos utilizados pela companhia não encontravam apoio na lei. Dessa forma, o ofício encaminhado pelo delegado regional do trabalho, Norival Paranaguá de Andrade, descreve: “uma vez que na forma do art. 4º, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei 5.452/1943⁴⁵ ...considera-se de serviço efetivo o período em que o empregado esteja à disposição do empregador, aguardando ou executando ordens”.⁴⁶

Entre as mazelas que também afligiam os mineiros e que os levavam a reivindicações intensas, estavam as más condições de trabalho a que estavam submetidos nas minas. O ambiente insalubre e perigoso era responsável por inúmeros acidentes e doenças laborais. Tratando-se do período de intensa extração do minério, esses problemas eram recorrentes.

A fim de buscar um entendimento mais próximo da situação a que os mineiros estavam submetidos, observa-se que somente num domingo de 1943 foram extraídos das entranhas das minas de São Jerônimo mil toneladas de carvão.⁴⁷ Em ofício⁴⁸ encaminhado a Fernando Lacourt,⁴⁹ Afonso Pereira Martins, presidente do Sindicato dos Mineiros, afirmou sobre a tal façanha: “muito nos alegra, por tal fato ser um índice seguro da boa compreensão dos operários em face do estado atual do país”.

⁴⁴ Auto de infração registrado em 5 de maio de 1944 por Dario Vasconcelos (17ª Delegacia Regional do Trabalho) - Manuscrito. Fundo documental CADEM. Série Departamento Legal. Tipologia Inquéritos administrativos-policiais/autos de infração. Arquivo Histórico da Mineração - Arroio dos Ratos - RS.

⁴⁵ BRASIL, op. cit., on-line.

⁴⁶ Ofício nº 1.959, de 27 de setembro de 1944, encaminhado por Norival Paranaguá de Andrade (17ª Delegacia Regional do Trabalho) à CCMB. Fundo documental CADEM. Série Departamento Legal. Tipologia Inquéritos administrativos-policiais/autos de infração. Arquivo Histórico da Mineração - Arroio dos Ratos - RS.

⁴⁷ Esta quantidade corresponderia a cerca de mil vagonetas (carros que transportam o carvão recém-extraído no interior das galerias das minas) num ritmo frenético de entradas e saídas das minas. Uma vagoneta tem a capacidade de transportar cerca de 700 quilos a uma tonelada de minério extraído.

⁴⁸ Ofício nº 84/43 encaminhado por Afonso Pereira Martins a Fernando Lacourt. Arroio dos Ratos, 29 jun.1944. Fundo documental Sindicatos. Tipologia Cartas/Telegramas. Arquivo Histórico da Mineração - Arroio dos Ratos - RS.

⁴⁹ Engenheiro-chefe das minas de Butiá naquele período.

Visando o ritmo intenso da produção e o aumento dos lucros, e tendo que considerar os avanços da legislação trabalhista considerados “entraves” para as companhias, observou-se a construção de uma ampla rede de assistência social.

A assistência do CADEM compreendia diversas áreas, entre elas a assistência à saúde. Esta destacava-se sobretudo com a construção de hospitais,⁵⁰ a fim de tratar os doentes e feridos das minas, situação muito comum diante do ritmo intenso da produção. Apesar de serem obras que não estavam destituídas dos interesses do Consórcio, não se pode negar o fato de que inauguraram atendimentos inéditos à população até aquele momento, colaborando, de alguma forma, com a melhoria das condições de vida. Porém não se pode obliterar o seu caráter de colaboração intensa com o aumento da produção do carvão. Atendimentos mais rápidos ao operário sem necessidade de deslocamento até a capital e difusão de programas higienistas relacionavam-se, de alguma maneira, à racionalização da produção.

Cabe discorrer adiante sobre a seguinte questão: como o Sindicato dos Mineiros, em um período conhecido por parte da historiografia brasileira como sendo de cooptação da classe trabalhadora e da existência dos sindicatos “amarelos”, reagiu a esta conjuntura onde o discurso nacionalista buscava obliterar os interesses reais do capital?

O Sindicato dos Mineiros posiciona-se

Observando as fontes documentais, pode-se dizer que o Sindicato dos Mineiros, durante a conjuntura do esforço de guerra, exerceu um papel paradoxal em relação à defesa dos operários. Por um lado, articulou importantes lutas, principalmente em favor da melhoria das condições de vida e trabalho que culminaram num dos principais dissídios da categoria, o dissídio de 1943,⁵¹ ao mesmo tempo em que apresentava um discurso mediador entre os interesses do operariado e do capital, seguindo assim parte do ideário trabalhista, cujos intentos incluíam o da harmonia entre capital e trabalho, abolindo, dessa maneira, o conceito

⁵⁰ Sobre a construção dos hospitais, cabe considerar o protagonismo dos operários, que, segundo relatos da comunidade carbonífera, doaram um dia de trabalho a fim de ajudarem nas obras. Em Arroio dos Ratos, o hospital Sarmento Leite foi inaugurado em 16 de agosto de 1942. Em Butiá, a inauguração do hospital local não foi concretizada. Segundo os relatos de moradores do município, isso ocorreu em represália à greve dos mineiros ocorrida em 1946.

⁵¹ Segundo Speranza, “o dissídio de 1943 dos mineiros enumera reivindicações que hoje nos parecem prosaicas, mas que demonstram a precariedade das condições de trabalho no mesmo ano em que as minas bateram recorde de produção.” Op. cit., p. 53.

de luta de classes. Sobre esta situação, Pureza⁵² discutiu as dificuldades dos sindicatos de se articularem estando na encruzilhada entre a proteção dos trabalhadores e a submissão aos interesses do regime varguista. Tendo como exemplo o Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre, atentou-se para os sindicatos como espaço onde as contradições da classe emergiam. Conforme a análise do autor, os sindicatos do período podem ser pensados “tanto como uma trincheira de luta a ser conquistada como uma trincheira inimiga a ser enfrentada.”

Ainda que diante desta situação paradoxal, concorda-se com a abordagem de Glaucia Vieira Ramos Konrad⁵³ acerca das lutas dos trabalhadores mesmo em meio a uma conjuntura ditatorial, tal como foi o Estado Novo. Segundo a historiadora, não se pode absolutizar o controle do Estado sobre os trabalhadores. Contrariando as teses de Evaristo de Moraes Filho (*O Problema do Sindicato Único no Brasil – 1952*) e Leôncio Martins Rodrigues (*Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil – 1966*), cujos posicionamentos apontam para o controle do Estado sobre os trabalhadores neste período, Konrad observou, em sua tese, o quanto as "energias organizativas" do operariado rio-grandense não foram exterminadas pelo Estado Novo. Verificou ainda que, em 1945, uma eclosão de greves (ferroviários, bancários, mineiros, metalúrgicos...) demonstraram o quanto a tradição de lutas e o acúmulo de forças destas categorias foram importantes para as conquistas posteriores e para a formação do operariado.

Também há de se enfatizar o uso dos instrumentos legais por parte dos trabalhadores, em relação ao qual os mineiros ainda enfrentavam as constantes tentativas do CADEM em burlar a recém-criada CLT. Sobre esta questão, Speranza,⁵⁴ em análise dos processos da Junta de Conciliação e Justiça de São Jerônimo, entre 1946 e 1954, observou que o avanço das reclamações relacionadas à mineração assumiu proporções geométricas nos três primeiros anos da amostra apresentada (1946, 1947 e 1948). Ou seja, isso aponta para a hipótese de que, nos anos posteriores ao esforço de guerra, houve um processo de consolidação da busca por direitos na Justiça do Trabalho.

As dissensões e críticas no interior da categoria mineira, especificamente em relação à ação do Sindicato, eram constantes. Chegou-se inclusive ao ponto de parte do operariado reivindicar o fim do imposto sindical, o qual manifestava ser “imposto

⁵² PUREZA, Fernando Cauduro. Sindicatos como trincheiras: as dificuldades da luta sindical em Porto Alegre durante a Segunda Guerra Mundial. *Aedos*, v. 2, n. 4, p. 134-145, nov. 2009.

⁵³ KONRAD, op. cit., p. 273.

⁵⁴ SPERANZA, op. cit., p. 81.

roubo, com o qual se sustentam os traidores dentro do nosso Sindicato e os beleguins a serviço do Cadem”.⁵⁵

Neste clima de insatisfação dos operários em relação às lideranças da entidade de classe e pressão por parte dos patrões, os posicionamentos do Sindicato assemelhavam-se metaforicamente à situação do equilibrista na corda bamba. Não perder a base de apoio da entidade, os operários, era praticamente um desafio. Ao mesmo tempo em que, por um lado, exigia-se o máximo da força de trabalho por parte do Consórcio sob todo o tipo de ameaças, por outro, os mineiros exigiam posicionamentos mais contundentes em relação à superexploração levada a cabo pelos “homens de negócios” do CADEM.

O Sindicato dos Mineiros foi fundado a partir das greves organizadas pela categoria mineira entre 1933 e 1934. Estas greves levaram à formação de um Sindicato que uniu os trabalhadores de Arroio dos Ratos e de Butiá.⁵⁶ Em janeiro de 1933, cerca de 400 mineiros de Butiá decidiram pela realização de uma greve em protesto contra o atraso no pagamento dos seus salários no ano anterior, em função dos custos elevados dos gêneros de primeira necessidade impostos pela Cooperativa das Minas de Butiá, e reivindicavam também o aumento dos salários dos tocadores de carros.⁵⁷

A comissão criada para atender os grevistas, composta pela CCR e Inspetoria Regional do Trabalho, representada pelo Sr. Ernani de Oliveira, os mineiros reclamam de suas condições de vida e os motivos que levaram à greve, em especial, a dependência do bônus, ou seja, o pagamento através de “papéis” que valiam gêneros de primeira necessidade, como, por exemplo, “2kg” de carne, o que evidenciava a desvantagem para o trabalhador ao adquirir produtos através do “barracão”, nome como era chamada a “Cooperativa das Minas de Butiá”, único local que aceitava os bônus de propriedade da companhia mineradora.⁵⁸

No ano seguinte, 1934, os mineiros de Arroio dos Ratos também paralisaram as atividades nas minas locais, devido a um desentendimento entre operários e um engenheiro da CEFMSJ. A paralisação também se estendeu para as minas de Butiá neste mesmo ano.⁵⁹

⁵⁵ Folheto intitulado “Companheiros de todas as minas!” (1943). Fundo documental Sindicatos. Dossiê Comunicação/Designação/Publicações. Arquivo Histórico da Mineração. Arquivo Histórico da Mineração - Arroio dos Ratos - RS.

⁵⁶ SPERANZA, op. cit., p. 46.

⁵⁷ WITKOWSKI, Alexandro; FREITAS, Tassiane Mélo de. **Sobre os homens desta terra: a trajetória de fundação do Sindicato dos Mineiros de Butiá** - RS. Porto Alegre: Evangraf, 2006.

⁵⁸ Ibidem, p. 27.

⁵⁹ SPERANZA, op. cit., p. 143.

Embora o movimento dos mineiros de 1933 e 1934 tenha se estabelecido na memória da entidade como sendo de sua fundação, o reconhecimento oficial, em 21 de janeiro de 1936, aconteceu devido à ação dos operários já organizados sob a forma de uma entidade de classe contra a Companhia Carbonífera Rio-Grandense pelo fato de esta ter demitido 12 operários vinculados ao grupo de trabalhadores organizados. Ainda que todas as documentações solicitadas para oficialização do Sindicato dos Mineiros já tivessem sido encaminhadas, o processo foi procrastinado por influência das próprias companhias mineradoras da região junto aos órgãos oficiais.

A partir de sua fundação oficial, o Sindicato dos Mineiros teria adiante uma conjuntura decisiva para sua atuação e que marcaria parte do perfil estratégico utilizado pela entidade nos primórdios de sua atuação. Esta possuía elementos próprios da ideologia da paz social disseminada com intensidade durante a ditadura do Estado Novo. Nesse sentido, Gomes,⁶⁰ quando trata das origens do trabalhismo, aponta para a estratégia de busca por resolução da questão social no Brasil que foi ignorada até a década de 1930. Assim a “outorga” da legislação social brasileira impediria o uso da força para conter as massas, removendo assim o conflito e estabelecendo uma sociedade harmônica.

As relações coletivas de trabalho constituíam-se em manifestações da luta de classes, portanto, na conjuntura do Estado Novo, deveriam ser reguladas numa espécie de busca pela harmonia das relações de trabalho. Sobre isso basta observar a presença de líderes sindicais que posteriormente teriam estreitas relações com o trabalhismo, fazendo parte inclusive da formação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) na região das minas. Tal é o caso de Raymundo Andrade, que havia sido segundo secretário do Sindicato dos Mineiros em Butiá no ano de 1943. Dois anos mais tarde seria presidente do diretório distrital do PTB em Butiá, cuja instalação da sede do partido, neste mesmo ano, contou com o comparecimento de “elevado número de simpatizantes e partidários do mencionado Partido Trabalhista Brasileiro”.⁶¹

Por outro lado, afirma-se novamente a importância de considerar a tradição de lutas dos mineiros de maneira a não descartar o processo de formação da classe a partir dos próprios trabalhadores. Nesse sentido, Fortes⁶² aponta para o seguinte:

Uma apreciação crítica sobre as contradições e limites da relação entre trabalhismo e organização operária, não deve, entretanto, nos levar a minimizar as grandes novidades históricas presentes no

⁶⁰ GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

⁶¹ POLÍTICA Rio Grandense. **Correio do Povo**, Porto Alegre, p. 24, 23 dez. 1945.

⁶² FORTES, Alexandre. O Estado Novo e os trabalhadores: a construção de um corporativismo latino-americano. **Locus**, v. 13, n. 2, p. 63-86, 2007.

período pós- 1945, para a compreensão das quais, sem dúvida alguma, A invenção do trabalhismo deu uma contribuição fundamental. Apesar de todas as suas limitações, o espaço institucional permitia agora a expressão da diversidade de correntes políticas e lideranças atuantes no movimento operário ou que ao menos tinha como projeto canalizar as demandas sociais da classe trabalhadora. Mesmo que isso, como no caso dos comunistas eleitos para o parlamento através de outras legendas, implicasse na burla ao rigor repressivo da legislação vigente.

Em setembro de 1942, em virtude do estado de guerra, o Sindicato dos Mineiros compeliu os operários a comparecerem ao trabalho no dia 7, em meio às comemorações da independência do Brasil: “O governo apela para que cada operário em seu setor de trabalho seja um soldado progredindo para a defesa na nação, portanto rogamos a demonstração de patriotismo de cada operário.”⁶³ Mesmo diante de tal apelo, era considerável a quantidade de operários faltantes no período do esforço de guerra.

Conforme documento encaminhado por Fernando Lacourt ao Sindicato dos Mineiros, entre os dias 1º e 11 de março de 1942, uma média de 100 operários faltava diariamente ao serviço. Dessa maneira, em tom conciliatório, o Sindicato lamentava o fato afirmando o seguinte:

Nessa hora em que estamos empenhados na disposição de dar tudo quanto possuímos para salvar a dignidade nacional e para que possamos viver n’um país livre e honrado, este Sindicato sente-se no dever indeclinável de concitar a todos os seus associados, operários desta mina, a empregarem o máximo dos seus esforços, frequentando com assiduidade seu trabalho e não medindo sacrifícios, pois cada mineiro em seu setor de trabalho, representa um soldado na linha do *front*, batendo-se pela conquista da civilização, pelos direitos da humanidade, pela glória do Brasil, pela liberdade das nações unidas, pela fé democrática, pelo progresso e pelos direitos alheios. Não nos movem outros intuítos a não ser o da paz e do trabalho, bem conhecendo a soma de sacrifícios que está o Brasil chamado a fazer.⁶⁴

Em meio à luta pelo cumprimento da legislação social nas minas e o constante apelo à harmonia social, os discursos parecem transparecer um comportamento tão combatido pela categoria: o “peleguismo”. Porém deve-se atentar para outras possibilidades interpretativas em relação ao posicionamento do Sindicato dos Mineiros durante este período.

⁶³ Comunicado do Sindicato dos Mineiros. Butiá, 5 set.1942. Fundo documental Sindicatos. Tipologia Cartas/Telegramas. Arquivo Histórico da Mineração - Arroio dos Ratos - RS.

⁶⁴ Raymundo Andrade, segundo secretário do Sindicato dos Mineiros, em Butiá, respondia a Fernando Lacourt sobre as listas de operários faltantes em 1943. Butiá, 13 mar. 1943. Fundo documental Sindicatos. Tipologia Cartas/Telegramas. Arquivo Histórico da Mineração - Arroio dos Ratos - RS.

Segundo Speranza,⁶⁵ construir um discurso de submissão e adesão ao projeto governamental “talvez tenha sido considerada a melhor forma de fazer frente à artilharia pesada do CADEM.” Utilizando-se da linguagem metafórica, pode-se dizer que o Consórcio possuía um “arsenal” considerável de estratégias e “soldados” a seu dispor, a fim de “batalhar” em função de seus próprios interesses. Nesse sentido, observa-se, na análise de correspondências confidenciais entre diretor e engenheiros-chefe do CADEM, a maneira como deveriam reprimir qualquer ímpeto de resistência dos operários.

Na intenção de impedir os avanços da legislação trabalhista até às minas, Roberto Cardoso⁶⁶ narrou, em uma de suas correspondências confidenciais, a reação do ministro do trabalho após uma reunião em que foram abordadas as obras de assistência social do CADEM:

Bateu-me, entretanto na tecla de que tudo quanto eu [Paulo]⁶⁷ havia feito estava muito bem, muito interessante, mas que era necessário fazer qualquer coisa sob o ponto de vista educacional, a fim de que os nossos operários compreendessem que deviam ser mais assíduos ao trabalho, procurando melhorar espontaneamente o seu “*standard*” de vida e as condições de higiene em que vivem com as suas famílias.⁶⁸

Porém, Cardoso (Paulo) contra-argumentou:

Respondi imediatamente que eu não julgava possível qualquer trabalho nesse sentido e que por isso sempre julguei preferível preparar as crianças para, no futuro, os operários de amanhã se encontrem em condições de saúde e com instrução suficiente para compreender os benefícios da legislação trabalhista, aceitando-a e modificando, conseqüentemente o “*standard*” de vida em benefício próprio.⁶⁹

Seguindo a correspondência, eram reforçadas as medidas para a derrubada do Sindicato dos Mineiros (cujo código utilizado era Vitelo), sendo que os engenheiros Heitor Moreira e Fernando Lacourt deveriam estar encarregados de agir no meio dos operários, convencendo-os a serem favoráveis somente a algumas partes da legislação trabalhista que não oferecessem riscos ao andamento da produção de carvão, beneficiando assim apenas ao capital.

⁶⁵ SPERANZA, op. cit., p. 123.

⁶⁶ Diretor do Consórcio Administrador de Empresas de Mineração de 1936 a 1951.

⁶⁷ Código utilizado por Roberto Cardoso em correspondências confidenciais.

⁶⁸ Carta de Roberto Cardoso ao engenheiro Lupinacci. Rio de Janeiro, 23 set.1943. Fundo documental CADEM. Série Assistência Social. Tipologia Cartas. Arquivo Histórico da Mineração - Arroio dos Ratos - RS.

⁶⁹ Ibidem, p. 5.

Por fim, a correspondência deixava claro que era interesse do Consórcio que as leis trabalhistas fossem suspensas para os serviços de mineração, e isso seria possível “desde que os operários não se compenetrem da situação atual que o nosso País atravessa”.⁷⁰

No ano anterior, 1942, a diretoria do Sindicato dos Mineiros, em Butiá, dirigiu-se à categoria mineira por meio do documento sob o título: “Aos operários mineiros”.⁷¹ Citando o Decreto 4.637, de 31 de agosto de 1942,⁷² destacava que o estado de beligerância em que se encontrava o país impunha à produção o máximo do seu rendimento.

Apelando para um discurso patriótico, o Sindicato dos Mineiros afirmava aos operários que o aumento das horas de trabalho da categoria não tinha relação qualquer com o aumento dos lucros que seriam revertidos às companhias mineradoras. Finalizavam o apelo da seguinte maneira: “Na expectativa de que os mineiros compreendam que são os interesses da nação que exigem esta quota de sacrifício, e não os interesses do patrão, esperamos ser atendidos neste nosso apelo.” O documento não surtiu efeito entre o operariado, que não foi convencido pela artimanha discursiva utilizada pela entidade. As faltas ao trabalho continuaram e as reivindicações também. As forças organizativas da classe operária culminaram na greve de 1945.

Considerações finais

Investigar e compreender as diversas estratégias de resistência utilizadas pelos mineiros do carvão no Rio Grande do Sul a fim de fazerem frente à superexploração das companhias mineradoras, especialmente durante o período do esforço de guerra, está sendo possível, tendo em vista os milhares de documentos disponíveis à pesquisa no Arquivo Histórico da Mineração em Arroio dos Ratos.

Nesse sentido, este artigo buscou, por meio de documentos levantados basicamente em dois fundos documentais dos dez disponíveis para pesquisa, apresentar um panorama inicial de compreensão acerca de como o discurso do esforço de guerra foi apropriado pela comunidade carbonífera do Baixo Jacuí.

⁷⁰ Ibidem, p. 4.

⁷¹ Folheto “Aos operários mineiros”. Butiá, 13 out. 1942. Fundo documental Sindicatos. Tipologia Cartas/Telegramas. Arquivo Histórico da Mineração - Arroio dos Ratos - RS.

⁷² BRASIL. Decreto-lei nº 4.637, de 31 de agosto de 1942. Estabelece normas especiais a serem observadas pelas entidades sindicais enquanto durar o estado de guerra, e dá outras providências. **Diário Oficial da União, Rio de Janeiro**, 31 ago. 1942. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4637-31-agosto-1942-414547-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 23 jan. 2019.

Observa-se, num primeiro momento, dois movimentos comuns: um em direção à legitimação do discurso, vindo prioritariamente a partir das companhias mineradoras e de setores com alguma relação de dependência/submissão a estas. Assim a ação de agentes da Igreja Católica, do campo educacional e até mesmo de lideranças do Sindicato dos Mineiros refletem este tipo de relação de maneira mais evidente.

Por outro lado, é possível atentar-se ao movimento de resistência ao discurso oficial engendrado pelas companhias mineradoras na comunidade. Este movimento sinaliza para posicionamentos divergentes que assumem a forma de faltas ao trabalho, crítica à posição das lideranças sindicais e luta no campo jurídico em busca do cumprimento da legislação trabalhista recentemente criada.

Por fim, cabe atentar-se para as possibilidades da existência de outras formas de resistência à superexploração articuladas a partir de outros espaços. Entretanto este é um tema a ser desenvolvido em textos posteriores. Para tanto, espera-se avançar no processo de investigação e análise do imenso *corpus* documental apresentado pelo Arquivo Histórico da Mineração, que, por sua vez, está disponível aos pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento e que chama a atenção especialmente àqueles vinculados aos estudos da classe operária no país.